



**FAPAC - FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS PORTO LTDA
CURSO DE MEDICINA**

**ANA PAULA FRANÇA PEDROSO
BEATRIZ RODRIGUES NASCIMENTO**

**CONHECIMENTO DAS MULHERES ACERCA DOS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS
PROVENIENTES DO USO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

**PORTO NACIONAL-TO
2021**

**ANA PAULA FRANÇA PEDROSO
BEATRIZ RODRIGUES NASCIMENTO**

**CONHECIMENTO DAS MULHERES ACERCA DOS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS
PROVENIENTES DO USO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Artigo científico submetido ao Curso de Medicina da FAPAC- Faculdade Presidente Antônio Carlos ITPAC Porto Nacional, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Medicina.

Orientador: Elyanne dos Santos Gomes

**PORTO NACIONAL-TO
2021**



CONHECIMENTO DAS MULHERES ACERCA DOS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS PROVENIENTES DO USO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

WOMEN' S KNOWLEDGE ABOUT THE BENEFITS AND HARMS RESULTING FROM THE USE OF CONTRACEPTIVE METHODS: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Ana Paula França Pedroso¹
Beatriz Rodrigues Nascimento¹
Elyanne dos Santos Gomes²

¹ Acadêmica do Curso de Medicina – Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos

² Informações do (a) orientador (a) – Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Orientador)

RESUMO: Introdução: Os diferentes métodos contraceptivos, embora também sejam remédios para terapêutica de algumas doenças propriamente ditas, são usados principalmente para evitar gravidez indesejada. Nesse sentido, é necessário que as mulheres que fazem o uso dessa medicação sejam conscientes dos benefícios e malefícios que esses fármacos possuem. Os anticoncepcionais estão sendo usados cada vez mais por jovens sem a prescrição médica e isso desperta a atenção dos Órgãos de Saúde para as possíveis consequências negativas advindas do uso por conta própria desses remédios. **Metodologia:** revisão de literatura de trabalhos acerca do tema publicados nas plataformas SciELO, Arca e LILACS. Os descritores de saúde utilizados foram “mulheres”, “benefícios”, “malefícios” e “métodos contraceptivos”. Foram considerados estudos publicados entre os anos de 2015 e 2020 em língua inglesa, portuguesa ou espanhola. **Resultados:** foram considerados 8 artigos acerca do tema. **Discussão:** O planejamento familiar é essencial para que, na sociedade atual, as mulheres possam ter filhos de maneira desejada e de acordo com a realidade de cada uma. Todavia, não são todas que possuem tal consciência e nem conhecimento suficiente acerca dos métodos contraceptivos, de suas respectivas eficácias e efeitos colaterais, resultando em um uso indiscriminado, sem acompanhamento médico adequado e, em algumas vezes, em gravidez não desejada. **Considerações finais:** todas as mulheres que possuem vida sexual ativa necessitam de um acompanhamento profissional adequado quanto ao uso de métodos contraceptivos, sejam eles hormonais ou não, para que estejam cientes dos riscos e benefícios, possibilitando uma alta eficácia dos mesmos e um planejamento familiar eficiente.

Palavras-chave: Mulheres. Benefícios. Malefícios. Métodos contraceptivos.

ABSTRACT: Introduction: The different contraceptive methods, although they are also remedies for the treatment of some diseases themselves, are mainly used to prevent unwanted pregnancies. In this sense, it is necessary that women who use this medication be aware of the benefits and harms that these drugs have. Contraceptives are being used more and more by young people without a medical prescription and this draws the attention of the Health Organs to the possible negative consequences arising from the use of these drugs on their own. **Methodology:** literature review of papers on the topic published on SciElo, Arca and LILACS platforms. The health descriptors used were "women", "benefits", "harm" and "contraceptive methods". Studies published between 2015 and 2020 in English, Portuguese or Spanish were considered. **Results:** 8 articles were considered on the topic. **Discussion:** Family planning is essential so that, in today's society, women can have children in a desired way and according to each one's reality. However, not all of them have such awareness or sufficient knowledge about contraceptive methods, their respective efficacy and side effects, resulting in indiscriminate use, without adequate medical monitoring and, in some cases, unwanted pregnancies. **Final considerations:** all women who have an active sex life need adequate professional monitoring regarding the use of contraceptive methods, whether hormonal or not, so that they are aware of the risks and benefits, enabling their high effectiveness and efficient family planning.

Keywords: Women. Benefits. Harm. Contraceptive methods.

1 INTRODUÇÃO

Os métodos contraceptivos são medidas utilizadas por pessoas com vida sexual ativa com o objetivo de evitar uma gravidez indesejada, ou ainda de evitar o contágio de doenças sexualmente transmissíveis oriundos do ato sexual desprotegido com pessoas infectadas. São divididos basicamente nos subtipos: métodos de abstinência periódica e natural, métodos de barreira (preservativos) diafragma e espermicidas), dispositivos intrauterinos, métodos hormonais (ou reversíveis, que incluem os anticoncepcionais orais) e métodos definitivos (ligadura tubárea e vasectomia) (BRASIL, 2002).

Os anticoncepcionais orais estão incluídos no grupo de métodos contraceptivos reversíveis ou ainda hormonais. Eles são utilizados como um método amplo de evitar os fenômenos de ovulação e implantação do embrião, com consequente impedimento de uma gravidez. Eles podem ser administrados por diversas vias, como a mais frequente por via oral, DIU com progesterona, adesivos cutâneos e ainda diversos produtos com etinilestradiol. O uso desses métodos é bastante comum no Brasil e seus adeptos crescem a cada dia. Já no caso dos

Estados Unidos da América (EUA), estes já se tornaram as formas mais utilizadas de anticoncepção (CALLAI *et al.*, 2016; REZENDE *et al.*, 2017).

Porém, ainda que este método tenha benefício comprovado, há um alto risco de efeitos adversos oriundos de sua utilização, como a ocorrência aumentada de eventos tromboembólicos, como a trombose venosa profunda (TVP) e o tromboembolismo pulmonar (TEP), infarto agudo do miocárdio (IAM), acidentes vasculares cerebrais (AVC), piora da enxaqueca e sinergismo com o tabagismo na gênese do risco cardiovascular relacionado à hipertensão arterial. Estudos demonstram que a provável causa do risco aumentado destes fenômenos está ligada à ação do estrogênio (CALLAI *et al.*, 2016; REZENDE *et al.*, 2017).

Um estudo recente realizado por Farias e colaboradores (2016) com mulheres moradoras da zona urbana brasileira, demonstrou que nas mulheres entre 15 e 49 anos, não gestantes há uma prevalência de 32,7% em uso de contraceptivos orais ou injetáveis. Das usuárias dos métodos contraceptivos, 90,4% afirmaram fazer isso por indicação médica, 5,6% por conta própria e 2,5% por indicação de outro profissional de saúde não médico.

Outros dois estudos foram realizados com adolescentes de idade entre 14 e 19 anos, que estudavam em escolas públicas e privadas. Estes demonstraram a escassez de informações que muitas adolescentes ainda possuem relacionadas ao uso de métodos contraceptivos. Nesses estudos o uso de contracepção de emergência foi bem aproximado com taxas de 27,8% e 26,2%. Já relacionado ao conhecimento sobre o método, os valores variaram entre 65% e 94,18%, sendo que nas escolas privadas os níveis de conhecimento foram superiores aos da pública.

Portanto, estes estudos demonstram que há uma grade parcela da população feminina brasileira que faz uso de contracepção, porém ainda há uma escassez de informação acerca de diversos aspectos como riscos, benefícios e funcionamento dos métodos contraceptivos. Por serem métodos utilizados por tantas mulheres ao redor do mundo, é de extrema relevância a existência de estudos que possam cada vez mais facilitar o acesso ao conhecimento acerca do tema.

Tendo em vista a vasta gama de efeitos adversos advindos da utilização de alguns métodos contraceptivos, sobretudo relacionados aos anticoncepcionais orais, e sua ampla e crescente utilização por parte da população brasileira, esta revisão sistemática de literatura tem por objetivo realizar uma análise sobre o conhecimento

das mulheres acerca dos benefícios e malefícios do uso de métodos anticoncepcionais.

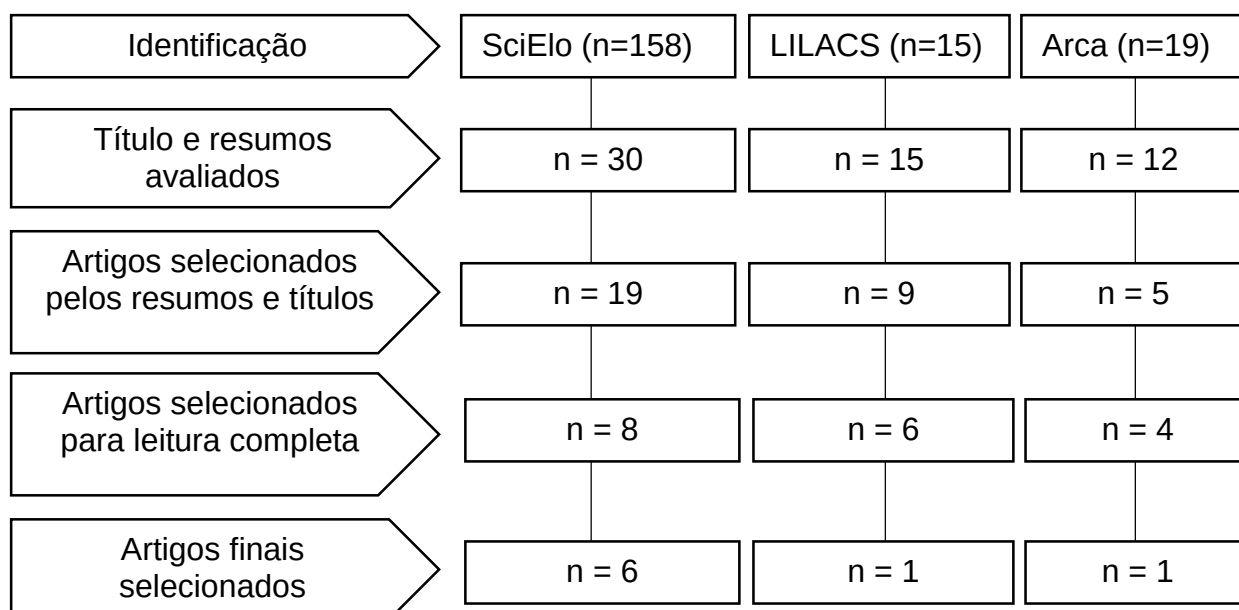
2 METODOLOGIA

Este trabalho não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por se tratar de uma revisão sistemática de literatura que constitui na busca de artigos científicos acerca do tema do conhecimento sobre os benefícios e malefícios do uso de métodos contraceptivos por mulheres. As plataformas de base de dados utilizadas foram: SciElo, LILACS e Arca. Além disso, os descritores de saúde utilizados foram: “mulheres”, “métodos contraceptivos”, “benefícios” e “malefícios”.

A busca dos artigos utilizados foi feita entre os meses de fevereiro e março de 2021, por meio de financiamento próprio das pesquisadoras e de maneira independente. Em momento algum houve contato direto com pessoas físicas ou remotamente para coleta de algum dado. Os trabalhos considerados para o presente artigo seguiram os seguintes critérios de inclusão: estudos publicados entre os anos de 2015 e 2020; em língua portuguesa, inglesa ou espanhola; que abordassem o tema do uso de anticoncepcionais por mulheres.

Por meio do esquema informado na Figura 1, é possível acompanhar o processo de seleção dos artigos envolvidos no projeto. O total de trabalhos selecionados foi de 192 artigos após a aplicação dos descritores em questão, todavia, os trabalhos que foram considerados para o atual estudo totalizaram 8.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos finais incluídos no presente trabalho



Fonte: elaborado pelas autoras

3 RESULTADOS

Quadro 1 – Síntese dos resultados obtidos dentre os artigos selecionados, separados em: autores / título / ano, metodologia e resultados relevantes

Autores / Título / Ano	Metodologia	Resultados relevantes
BRANDT, Gabriela Pinheiro; OLIVEIRA, APR; BURCI, Lígia Moura. / Anticoncepcionais Hormonais na Atualidade: Um Novo Paradigma para o Planejamento Familiar / 2018	Revisão de literatura	Concluiu-se que a anticoncepção hormonal, em sua maioria é benéfica e sendo também utilizada para tratamentos ginecológicos, que não incluem somente a contracepção.
CALLAI, Tássia, <i>et al.</i> / Tabagismo e uso de anticoncepcionais orais relacionados a fenômenos tromboembólicos: relato de caso e revisão de literatura. / 2017	Revisão de literatura	A relação entre uso de contraceptivos orais combinados e risco aumentado de doenças tromboembólicas baseia-se na ação pró-coagulante dos ACO, torna-se fator de risco para a ocorrência de trombose arterial e venosa. Já o tabagismo,

		isoladamente, apresenta risco moderadamente aumentado de trombose venosa em comparação com não fumantes. Ademais, observou-se relação entre trombose de artéria mesentérica superior com uso de anticoncepcional oral associado ao tabagismo.
SOUZA, Rozana Aparecida de. / Pílula do Dia Seguinte: uma revisão de literatura sobre a Anticoncepção de Emergência / 2017	Revisão de literatura	Sabe-se hoje que o medicamento é vendido cotidianamente nas farmácias sem controle algum, sem prescrição ou acompanhamento médico, podendo inclusive trazer prejuízo à saúde das jovens e mulheres. No quadro traçado sobre a AE, pesquisas identificam a importância da mídia para a democratização das informações, tanto quanto para a desconstrução destes mitos e barreiras sobre tal método.
DELATORRE, Marina Zanella; DIAS, Ana Cristina Garcia. / Conhecimentos e práticas sobre métodos contraceptivos em estudantes universitários. / 2015	Artigo original (aplicação de questionários)	Contraceptivos foram utilizados por 91,7% das jovens e 81,3% dos participantes do sexo masculino na iniciação sexual, e por 96,3% das participantes e 90,0% dos jovens no último ano. O preservativo foi mais utilizado na iniciação sexual, sendo parcialmente substituído pela pílula nas relações subsequentes. Os métodos mais conhecidos pelos participantes foram o preservativo e a pílula anticoncepcional.
FARIAS, Marení Rocha et al. / Utilização e acesso a contraceptivos orais e injetáveis no Brasil / 2016	Metanálise	A prevalência de uso de contraceptivos orais (CO) foi 28,2% e de contraceptivos injetáveis (CI), 4,5%. A prevalência de contraceptivos orais foi maior no Sul (37,5%) e menor no Norte (15,7%). Para contraceptivos injetáveis não houve diferença entre as regiões. O acesso foi maior para as usuárias de contraceptivos orais (90,7%) do que de contraceptivos injetáveis (81,2%)

MIRANDA, Aimée Araújo Moreira <i>et al.</i> / Conhecimentos acerca de DST/AIDS e métodos contraceptivos dos discentes dos cursos integrados do IF Sudeste MG – campus Juiz de Fora / 2016	Artigo original (aplicação de questionários)	Os discentes afirmaram, entre os métodos contraceptivos, o não conhecimento de outros métodos além da camisinha e da pílula anticoncepcional e, em relação às DSTs, a grande maioria conhece outras DSTs que não a AIDS. Os resultados do presente trabalho apontam o desconhecimento dos discentes dos métodos contraceptivos e de proteção, excetuando-se a camisinha masculina e as pílulas anticoncepcionais.
REZENDE, Ariany Cibelle Costa, <i>et al.</i> / Riscos da utilização de contraceptivos orais / 2017	Revisão sistemática de literatura	Foram encontradas evidências a respeito dos riscos oferecidos pelo contraceptivo oral quanto a doenças cardiovasculares, câncer de mama e de fígado, glioma, nascimentos prematuros e asma. Observou-se o aumento significativo do risco de doenças cardiovasculares e nascimentos prematuros, e diminuição de crises asmáticas em mulheres que fazem o uso desse método contraceptivo.
ALMEIDA, Ana Paula Ferreira de; ASSIS, Marianna Mendes de. / Efeitos Colaterais e Alterações Fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. / 2017	Revisão sistemática de literatura	A falta de informação sobre os efeitos colaterais advindos do uso dos contraceptivos hormonais orais tem afetado a sua eficácia. De uma maneira geral, os efeitos colaterais causados pelos ACHOs (anticoncepcional hormonal oral) têm provocado aumento na taxa de descontinuação de uso do método. É de suma importância que as usuárias observem quaisquer efeitos não desejados, principalmente se graves ou persistentes, com a alteração da sua condição de saúde e que pareça ser decorrente do uso da pílula

Fonte: elaborado pelas autoras.

4 DISCUSSÕES

O planejamento familiar, no Brasil, sempre foi um tema gerador de grande polêmica. Na década de 1970 ocorria no Brasil uma polarização relacionada às políticas de controle demográfico que passariam a ser aplicadas, levando a um processo de controle desordenado liderados por entidades como a Sociedade Civil de Bem-Estar familiar do Brasil (BEMFAM) e o Centro de Pesquisas de Assistência Integrada à mulher e à criança (CPAIME) (COSTA; GUILHEM; PRATA, 2006).

A BEMFAM era uma Organização não governamental (ONG) fundada por médicos obstetras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que atuou ativamente nas medidas repressivas conjuntamente com os setores do exército na promoção ao planejamento familiar forçado como medida repressiva para diminuir as convulsões sociais pela qual o país passava. Eles atuavam por meio da distribuição gratuita de pílulas anticoncepcionais, porém sem garantir acompanhamento médico. Já a CPAIME era uma entidade privada também no estado do Rio de Janeiro que foi posteriormente acusada de promover esterilizações em massa nas mulheres do Brasil por uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) iniciada no ano de 1992 (COSTA; GUILHEM; PRATA, 2006; UFSC, 2016).

Porém foi somente a partir de 1975, com o surgimento de políticas de assistência à saúde da mulher que estes direitos relacionados ao auxílio ao planejamento familiar passaram a ser delineados. Esse movimento foi marcado pela criação do Programa Nacional de Saúde MaternoInfantil. Já em 1984 o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) passou a integrar princípios norteadores, concomitantemente à criação dos princípios do SUS (UFSC, 2016).

Porém um dos principais marcos está na criação da Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988, em seu artigo 226, parágrafo 7, que passou a garantir a atuação dos profissionais de saúde no que se refere ao auxílio ao planejamento familiar nos diversos âmbitos de atenção à saúde, sendo regidos pelo direito de livre escolha de métodos de anticoncepção por parte dos indivíduos e orientados pelo profissional responsável. A partir deste marco ficou oficializada a liberdade de escolha dos métodos pelos indivíduos usuários do sistema de saúde. No Sistema Único de Saúde (SUS), este direito foi concedido um pouco antes, em 1996, quando um projeto de lei foi aprovado, regulamentando que as práticas de planejamento familiar fossem realizadas em todos os níveis de atenção, sendo

garantidos os direitos de auxílio à concepção e contracepção. Nestes se inserem além dos métodos medicamentosos, a realização de laqueadura e vasectomia, desde que sob indicação correta. Estas medidas auxiliaram a democratização do acesso a medidas de anticoncepção (BRASIL, 2002; UFSC, 2016).

Atualmente, o planejamento familiar é preconizado pelas políticas de Assistência Integral à saúde da mulher, e envolve além do auxílio aos métodos preventivos, o acompanhamento com os ginecologistas e a realização de ações educativas com a finalidade de conscientizar e informar as mulheres acerca de aspectos importantes da gravidez e da anticoncepção (BRASIL, 2002; COSTA; GUILHEM; PRATA, 2006).

Os métodos contraceptivos atualmente são divididos basicamente em métodos de abstinência periódica e natural (também chamados de comportamentais), métodos de barreira (por exemplo, o uso de preservativos, diafragma e espermicidas), dispositivos intrauterinos, métodos hormonais (também chamados de reversíveis, incluindo os anticoncepcionais orais e injetáveis) e métodos definitivos ou cirúrgicos (ligadura tubárea e vasectomia) (BRASIL, 2002; FEBRASGO, 1997).

Os métodos comportamentais, ou de abstinência, envolvem quatro métodos principais: a abstinência sexual periódica, a ejaculação extra-vaginal, métodos da temperatura basal e do muco cervical. A abstinência periódica leva em consideração o entendimento acerca da fisiologia da menstruação e suas diversas fases (proliferativa, secretora, ovulação, desenvolvimento do corpo lúteo), além do fato de que o período fértil feminino varie de 3-4 dias antes e depois da ovulação. Existem diversas vantagens nesse método, indo desde os baixos custos à estimulação à educação em saúde. Porém existem os riscos de alterar o comportamento sexual do casal, não conferir proteção contra doenças sexualmente transmissíveis, e ter sua eficácia final comprovadamente baixa no bloqueio à gravidez (BRASIL, 2002; FEBRASGO, 1997; UFSC, 2016).

O método da temperatura basal, por sua vez, é baseado no aumento entre 0,3 e 0,8 °C na taxonomia basal da mulher logo após sua ovulação, devido à ação da progesterona no centro termorregulador do hipotálamo. Este consiste no registro diário da temperatura da cavidade oral da mulher em um gráfico apropriado, durante o período da manhã e antes de qualquer atividade diária, tendo o cuidado de medir sempre no mesmo horário e após um período de ao menos 5 horas de sono. Para se tornar um método eficaz é necessário que a mulher se abstenha de relações no

período entre a menstruação e 3 dias após a elevação entre 0,3 e 0,8°C da temperatura basal corporal da mulher (BRASIL, 2002; FEBRASGO, 1997; UFSC, 2016).

O método do muco cervical, ou método de Billings, é baseado nas alterações das características macroscópicas do muco cervical durante o ciclo menstrual. A mulher deverá diariamente verificar a presença de muco e interromper assim que houver o menor sinal da presença deste, haja vista que logo após a menstruação há um período de maior secura vaginal.

Deve-se observar também o espessamento do muco que ocorre durante o pico de ovulação por aumento nas concentrações da progesterona, devendo-se permanecer em abstinência por ao menos 3 dias a partir deste pico (BRASIL, 2002; FEBRASGO, 1997; UFSC, 2016).

O coito interrompido ou ejaculação extravaginal depende da capacidade masculina de pressentir a ejaculação e interromper imediatamente a penetração de modo a evitar a deposição do esperma na vagina. Apesar da relativa facilidade em realizar este método, este não protege de doenças sexualmente transmissíveis e não elimina completamente as chances de uma gravidez, haja vista que o líquido pré-ejaculatório já contém espermatozoides vivos e viáveis (UFSC, 2016).

Dentre os métodos de Barreira estão incluídos: a camisinha masculina, a camisinha feminina e o diafragma. A camisinha, ou condom, é uma forma bastante eficaz de se evitar a infecção por doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez, porém ainda é relativamente baixa a adesão deste método contraceptivo, haja vista sua facilidade de acesso e seus benefícios comprovados. São compostos em grande maioria por borracha de látex. Seu principal risco, que também é extremamente raro, é a reação alérgica em pessoas que já apresentem alergia ao látex. São métodos bastante fáceis, que podem ser utilizados sem uma consulta a um profissional de saúde e tem eficácia comprovada. Já o Diafragma é uma espécie de “copo” também de látex, que é colocado sobre o cérvix, geralmente acompanhado de um creme espermicida, que realiza uma barreira contra a entrada do líquido ejaculatório e inativa os espermatozoides antes de fecundar o óvulo (BRASIL, 2002; UFSC, 2016).

Os anticoncepcionais hormonais orais e injetáveis estão entre os métodos hormonais ou reversíveis de anticoncepção. São compostos por pílulas com progesterona ou estrogênio sintéticos que agem basicamente impedimento a ovulação feminina. Auxiliam a proteger contra a gravidez, no tratamento da doença

inflamatória pélvica (DIP), cistos ovarianos, protege contra os sintomas de endometriose e síndrome do ovário policístico. Apesar da gama de benefícios que esse método apresenta, são grandes os efeitos adversos que advêm com seu uso. Por exemplo, causa alterações nos níveis de menstruação (irregularidades e alterações volumétricas), acne, alterações de massa corporal, aumento da coagulabilidade sanguínea e de eventos tromboembólicos, como a trombose venosa profunda (TVP) e o tromboembolismo pulmonar (TEP), e mais raramente infarto agudo do miocárdio (IAM), acidentes vasculares cerebrais (AVC), piora da enxaqueca e sinergismo com o tabagismo na gênese do risco cardiovascular relacionado à hipertensão arterial (CALLAI *et al.*, 2016; REZENDE *et al.*, 2017). A maioria destes efeitos são causados, sobretudo pela ação estrogênica. Apesar disso, recentemente muitos estudos têm comprovado a ação positiva da associação entre progestágenos e estrógenos com o objetivo de conferir proteção contra esses tipos de eventos venosos e arteriais, demonstrando uma diminuição na gênese destes efeitos indesejados (CALLAI *et al.*, 2016).

O Dispositivo Intrauterino (DIU) é considerado um método anticoncepcional reversível. Hoje estão disponíveis dois tipos principais: o DIU de cobre e o DIU hormonal. Ambos possuem uma ação semelhante, e impedem que a fecundação ocorra através de alterações endometriais. O DIU hormonal atua a partir da liberação de levonorgestrel, um hormônio sintético progestágeno, e o DIU de cobre atua a partir da liberação lenta de cobre que age localmente como um espermicida, impedindo que os espermatozóides fecundem o óvulo (ABREU *et al.*, 2019). Seus principais efeitos adversos estão ligados a reações alérgicas ao cobre e em alguns casos o desenvolvimento da Doença Inflamatória Pélvica (DIP), sendo evitado seu uso por pacientes imunodeprimidas e que são ou possuam parceiros promíscuos (FEBRASGO, 1997).

Outros métodos contraceptivos são os que compõem a anticoncepção cirúrgica: ligadura tubária e vasectomia. A ligadura tubária, laqueadura ou ligadura de trompas, consiste em uma cirurgia com o objetivo de cortar ou ligar as tubas uterinas de forma a evitar a descida do óvulo e seu encontro com os espermatozóides. Pode ser feita via abdominal (laparoscopia) ou via vaginal (colpotomia). Já a vasectomia consiste na ligadura dos canais deferentes masculinos com o objetivo de evitar a passagem dos espermatozóides. Ambas são cirurgias definitivas, e, portanto, tem

seus riscos durante o procedimento, devendo ter boa indicação para sua realização (BECKER; HOFFMANN, 2015; FEBRASGO, 1997).

A anticoncepção de emergência é também conhecida como a pílula do dia seguinte ou pós-coital. Trata-se de uma pílula que deve ser usada até 72 horas após a relação sexual, e repetida após 12 horas. É recomendada principalmente para a ocorrência de falhas da anticoncepção usual, como rompimento do preservativo ou do diafragma, relação sexual desprotegida, violência sexual, uso incorreto de anticoncepcionais, etc. Sua composição geralmente é de associações entre estrogênio e progesterona ou ainda apenas progesterona. A depender da fase do ciclo menstrual em que é administrada, podem ocorrer como efeitos adversos o atraso da ovulação, alterações no ciclo menstrual, e assim como os anticoncepcionais orais, predispor seu usuário a eventos tromboembólicos. Não é recomendado seu uso de rotina, mas apenas em situações emergenciais (SOUZA, 2017).

Uma pesquisa recente foi realizada por Miranda e colaboradores (2016) com 436 discentes do Instituto Federal de Juiz de Fora que objetivava entender quais os métodos mais utilizados pelas estudantes e qual seu grau de conhecimento sobre eles. O estudo demonstrou que 71,7% já haviam tido experiências sexuais e destes 86,2% afirmaram ter feito uso de métodos contraceptivos seguros frequentemente, enquanto 6,4% afirmaram que raramente ou nunca tiveram relação protegida. Em relação ao uso da camisinha, 31,3% afirmaram não gostar do uso do preservativo. Ao analisar o grau de conhecimento acerca de outros métodos contraceptivos além do anticoncepcional (ACO) e da camisinha, 52,1% afirmaram desconhecer outros métodos. Relacionado às Doenças sexualmente transmissíveis, 17,8% afirmaram desconhecer outras IST's além da AIDS.

Outro estudo realizado por Delatorre e Dias (2015) com 293 estudantes universitários de Instituições públicas e privadas demonstrou que 91,4% já haviam tido relações sexuais. Destes, os métodos contraceptivos mais utilizados foram o preservativo (38,2% entre o sexo feminino e 63,9% entre o sexo masculino) indo ao encontro dos resultados de Miranda et al, seguido do preservativo e pílula (37,6% pelo sexo feminino e 8,2% pelo masculino). Quando questionados sobre o motivo do uso do preservativo, 76,5% das mulheres e 73,6% dos homens afirmaram que foi com o objetivo de evitar uma gravidez, ou ainda 61,8% das mulheres e 62,5% dos homens para evitar DST. Ao questionar sobre o conhecimento sobre os métodos contraceptivos, demonstrou-se que o mais conhecido é o preservativo (98,5%),

seguido do ACO (96,8%), sendo o menos conhecido o diafragma (32,6%). Estes estudos demonstram que ainda há um grande campo para melhora, relacionado principalmente à aderência e ao conhecimento acerca da importância do uso dos métodos contraceptivos pela população.

Sendo assim, corroborando com o estudo de Almeida e Assis (2017), o não conhecimento de todos os efeitos colaterais – sejam eles benéficos ou não – dos métodos anticoncepcionais atrapalha o uso adequado dos mesmos. A facilidade de acesso à maioria dos ACH orais, somado a um não acompanhamento contínuo com profissionais da área da saúde, faz com que a probabilidade da ocorrência de eventos não desejados aumente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de uso de métodos anticoncepcionais pode ou não ter o objetivo da anticoncepção. Há o uso de ACH para tratamentos, por exemplo, de síndrome do ovário policístico, miomatose uterina, cólicas decorrentes do período menstrual, menstruação irregular e/ou excessiva, entre vários outros. Todavia, juntamente com tais visados benefícios, há uma carga alta de efeitos colaterais negativos para o corpo da mulher como um todo.

Com o avanço da sociedade e constantes mudanças de paradigmas e visões antigas, a mulher vem cada vez mais postergando a ideia de constituir uma família, ou seja, ter filhos. Portanto, o uso de métodos que visam a anticoncepção se tornou cada vez mais uma prática comum nesse meio, mas de forma muitas vezes sem o acompanhamento e orientações adequadas, resultando em grupos de mulheres que não possuem conhecimento acerca dos efeitos colaterais que estarão se submetendo.

Para que haja uma real efetivação do planejamento familiar preconizado, há a necessidade de um acompanhamento conjunto e longitudinal para com todas as mulheres que fazem uso de qualquer tipo de método contraceptivo, seja ele hormonal ou não. Todo o processo deve ser acompanhado e orientado por um profissional adequado, desde a escolha do método até a explicação de sua eficácia, de seus efeitos benéficos e de seus riscos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Victória Suellen Maciele *et al.* Fatores associados ao uso do dispositivo intrauterino (DIU): Revisão integrativa da literatura. (Anais) **VI Encontro Internacional de Jovens Investigadores**. Salvador, 2019.

ALMEIDA, Ana Paula Ferreira de; ASSIS, Marianna Mendes de. Efeitos Colaterais e Alterações Fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. **Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde**, Salvador, v. 5, n. 5, p. 85-93, jan./jun. 2017. Disponível em: < <http://atualizarevista.com.br/wp-content/uploads/2017/01/efeitos-colaterais-e-altera%C3%A7%C3%B5es-fisio%C3%B3gicas-relacionadas-ao-uso-cont%C3%ADnuo-de-anticoncepcionais-hormonais-orais-v-5-n-5.pdf> >. Acesso em 11 mar 2021.

BECKER, Mariana Juliato; HOFFMANN, Eduardo. Ligadura tubária e seus aspectos legais. **Revista Thêma et Scientia**, 2015, 5.1: 22-31.

BRANDT, Gabriela Pinheiro; OLIVEIRA, APR; BURCI, Lígia Moura. Anticoncepcionais Hormonais na Atualidade: Um Novo Paradigma para o Planejamento Familiar. **Revista Gestão e Saúde**, 18.1: 54-62. Disponível em: <<http://www.herrero.com.br/files/revista/fileffb43b6252282b433e193bacf91d43f7.pdf>>. Acessado em 10 mar 2021.

BRASIL. Ministério da saúde. Assistência em planejamento familiar. **Manual Técnico**. Brasília, 2002. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>>. Acessado em 11 mar 2021.

CALLAI, Tássia, et al. Tabagismo e uso de anticoncepcionais orais relacionados a fenômenos tromboembólicos: relato de caso e revisão de literatura. **Reprodução & Climatério**, 2017, 32.2: 138-144. Disponível em: <<https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1413208716300759?token=632BB6674AC142FCF2D20C00619C2377653601D398327771F8B9B29D2E34C27090BBE00CCD7ADCBE77B196A576887892>>. Acessado em 11 mar 2021

COSTA, Ana Maria; GUILHEM, Dirce; PRATA, Lynn Dee. Planejamento familiar: a autonomia das mulheres sob questão. **Rev. Bras. Saude Mater. Infantil.**, Recife, v. 6, n. 1, p. 75-84, março de 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151938292006000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 mar 2021.

DELATORRE, Marina Zanella; DIAS, Ana Cristina Garcia. Conhecimentos e práticas sobre métodos contraceptivos em estudantes universitários. **Revista da SPAGESP**, 2015, 16.1: 60-73. Disponível em: <>. Acesso em 10 mar 2021.

FARIAS, Maren Rocha *et al.* Utilização e acesso a contraceptivos orais e injetáveis no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 50, supl. 2, 14s, 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102016000300301&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 10 mar 2021.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS SOCIEDADES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (FEBRASGO). **Anticoncepção. Manual de Orientação**. [S.l.], 1997. Disponível em:

<<http://www.itarget.com.br/newclients/sggo.com.br/2008/extra/download/manualANTI CONCEPCAO>>. Acessado em 11 mar 2021.

KAMI, Aline Tiemi; VIDIGAL, Camila Borecki; MACEDO, Christiane de Souza Guerino. Influência das fases do ciclo menstrual sem desempenho funcional das mulheres jovens e saudáveis. **Fisioter. Pesqui.** São Paulo, v. 24, n. 4, p. 356-362, dez. De 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-29502017000400356&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 mar 2021.

MIRANDA, Aimée Araújo Moreira *et al.* Conhecimentos acerca de DST/AIDS e métodos contraceptivos dos discentes dos cursos integrados do IF Sudeste MG – campus Juiz de Fora, Brasil. **Multiverso** v. 1, n. 1 25-36. Juiz de Fora, 2016.

PALTER, David L. Olive Steven F. Fisiologia Reprodutiva. In: BEREK, NOVAK. **Tratado de Ginecologia**. 15ª Ed. Rio de Janeiro, 2014.

REZENDE, Ariany Cibelle Costa, et al. Riscos da utilização de contraceptivos orais. **Journal of Medicine and Health Promotion**. [S.l.], 2017; 2(1):468-480. Disponível em: <<http://jmhp.fiponline.edu.br/pdf/cliente=13-79391f2f382f8dd1853966c83ef5326b.pdf>>. Acessado em 10 mar 2021

SOUZA, Rozana Aparecida de. Pílula do Dia Seguinte: uma revisão de literatura sobre a Anticoncepção de Emergência. **Cadernos UniFOA**, 2017, 4.8: 58-76. Disponível em: <<http://moodleead.unifoa.edu.br/revistas/index.php/cadernos/article/view/926>>. Acessado em 10 mar 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Especialização Multiprossional na Atenção Básica Eixo III - Eixo III A Assistência na Atenção Básica**. Atenção Integral à Saúde da Mulher. Medicina. Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://unasus.ufsc.br/atencaobasica/files/2017/10/Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0Sa%C3%BAde-da-Mulher-ilovepdf-compressed.pdf>>. Acessado em 11 mar 2021.